

DIREITO PENAL

14. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

14.5 TESES DO STJ

Jurisprudência em Teses do STJ - EDIÇÃO N. 81: CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – II

Incluir as seguintes observações após o item 3:

3) A importação não autorizada de cigarros ou de gasolina constitui crime de contrabando, insusceptível de aplicação do princípio da insignificância.
Superada, em parte.

O princípio da insignificância é aplicável ao crime de contrabando de cigarros quando a quantidade apreendida não ultrapassar 1.000 (mil) maços, seja pela diminuta reprovabilidade da conduta, seja pela necessidade de se dar efetividade à repressão a o contrabando de vulto, excetuada a hipótese de reiteração da conduta, circunstância apta a indicar maior reprovabilidade e periculosidade social da ação.

STJ. 3ª Seção. REsp 1.971.993-SP e 1.977.652-SP, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, Rel. para acórdão Min. Sebastião Reis Junior, julgado em 13/9/2023 (Recurso Repetitivo – Tema 1143) (Info 787).